

ATA DA QUARTA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 1999 DAS CÂMARAS TÉCNICAS INSTITUCIONAL E DE PLANEJAMENTO E INVESTIMENTO DO COMITÊ PARA INTEGRAÇÃO DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PARAÍBA DO SUL – CEIVAP, REALIZADA EM RESENDE, NO DIA 12 AGOSTO DE MIL NOVECENTOS E NOVENTA E NOVE

Atendendo à convocação distribuída a todos os membros, foi realizada a quarta reunião ordinária de 1999 das Câmaras Técnicas Institucional e de Planejamento e Investimento do Comitê para Integração da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul – CEIVAP, aos doze dias do mês de agosto de 1999, com início às 11:00h, no auditório do SENAI, em Resende, com a presença de 15 membros e 28 convidados, para deliberarem sobre os seguintes **assuntos da Ordem do Dia**: **1-** Avaliação do Seminário Rio Paraíba do Sul – Programa de Investimentos para a Bacia, realizado nos dias 22 e 23 de julho, em Resende; **2-** Informe sobre o convênio SRH/MMA – FIRJAN/SENAI para receber os R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) destinados a viabilizar o funcionamento do escritório do CEIVAP nos próximos seis meses; **3-** Adequação do Plano de Trabalho já aprovado pelo CEIVAP, para receber os R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais) oriundos do PróÁgua, também destinados à operacionalização do escritório do CEIVAP; **4-** Discussão sobre o processo de licitação para receber os R\$ 280.000,00 (duzentos e oitenta mil reais) oriundos do PróÁgua, para serem aplicados em educação ambiental e monitoramento da rede hidrometeorológica da bacia; **5-** Informação sobre a criação da Agência Nacional de Águas (ANA) e regulamentação da Lei 9.433 da Política Nacional de Recursos Hídricos; **6-** Agilização da liberação do financiamento dos R\$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de reais) pelo BIRD para a implementação da fase inicial do Programa de Investimentos – elaboração da carta-consulta; **7-** Informação sobre a resolução da reunião do dia 10 de agosto, em Belo Horizonte, onde ficou decidido que a equipe técnica do Laboratório de Hidrologia da COPPE/UFRJ elaborará o Programa de Investimentos par o trecho mineiro da bacia do rio Paraíba; **8-** Definição de pauta e data da próxima reunião do CEIVAP que será em Muriaé-MG; **9-** Assuntos gerais: solicitação da Prefeitura Municipal de Juiz de Fora-MG de que seja realizada, ainda este ano, uma reunião do CEIVAP naquela cidade mineira, que está articulando a criação do Consórcio do rio Paraibuna; reformulação do Regimento Interno do CEIVAP. O secretário executivo do CEIVAP, **Edilson de Paula Andrade**, abriu a reunião abordando o item 1 da pauta: **avaliação do Seminário sobre o Programa de Investimentos para a bacia do rio Paraíba**, considerado proveitoso, no consenso geral, registrando um único ponto negativo que foi, na opinião de **Cláudio Serricchio** (Prefeitura de Resende), a ausência do Secretário de Recursos Hídricos, Raymundo Garrido, e de deputados federais e estaduais dos estados de Minas, Rio e São Paulo que, embora convidados, não compareceram, com apenas duas honrosas exceções. Sobre o item 2, o técnico do escritório do CEIVAP, **Ângelo José Rodrigues Lima**, informou que o **CEIVAP receberá, através da FIRJAN, os R\$ 30 mil que a Secretaria de Recursos Hídricos (SRH) vai liberar para o funcionamento do escritório sede, nos próximos seis meses**, já que o Comitê não está apto a receber recursos financeiros por não ter personalidade jurídica. Ângelo informou, ainda, que a FIRJAN já está preparando a minuta do contrato com a SRH, para receber a verba. O subsecretário de Meio Ambiente do Estado do Rio, **Guido Gelli**, - representando o presidente do CEIVAP, secretário de estado de Meio Ambiente, André Corrêa – leu o ofício n.º 670, de 11 de agosto de 1999, enviado pelo presidente, solicitando à Câmara Técnica Institucional que estude a **possibilidade de qualificação do CEIVAP como personalidade jurídica**,

embasado na Lei Federal n.º 9790/99 - que dispõe sobre Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - com a finalidade de inscrever o Comitê na Rede Brasil de Organismos de Bacia. A adesão a esta rede, no entender de Gelli, possibilitará ao CEIVAP receber recursos financeiros. O representante da ABRH-RJ, **Jander Campos Duarte**, esclareceu que comitê não tem mesmo personalidade jurídica e nem há como dar personalidade jurídica aos organismos estruturados como tal. Segundo Jander, a saída é criar uma figura jurídica para receber os recursos pelo CEIVAP, que poderia ser uma agência técnica. Encerrado este assunto, Guido Gelli leu o segundo ofício enviado pelo presidente do CEIVAP, André Corrêa, encaminhando ao secretário Edilson cópia do **processo do Ministério Público Federal - Procuradoria da República no Estado do Rio de Janeiro (n.º E-071- 500.142/99, de 6 de agosto de 1999), questionando a representatividade da sociedade civil organizada no CEIVAP e solicitando informações sobre o assunto**. Com relação aos recursos da Secretaria de Recursos Hídricos do Ministério do Meio Ambiente (SRH/MMA) previstos para o CEIVAP, foi informado por **Júlio Thadeu Kettelhut**, representante da SRH, que **os R\$ 300 mil destinados a apoiar o funcionamento do escritório técnico do CEIVAP em Resende e à organização inicial da Agência de Água, com personalidade jurídica definida, visando facilitar ingressos futuros de recursos para o CEIVAP, será liberado diretamente da UNESCO, via PróÁgua, para pagamento dos gastos mensais de pessoal e operacionais do CEIVAP**. A idéia inicial é contratar uma equipe para criar uma entidade sem fins lucrativos que vai ser a figura jurídica do CEIVAP. De acordo com Júlio Thadeu, está autorizada a contratação de três técnicos, uma secretária e um coordenador, para formar esta equipe; a escolha desses profissionais a serem contratados deverá ficar a cargo da diretoria do CEIVAP. O representante da SRH informou ainda que **o recurso de R\$ 280 mil destinado à educação ambiental e apoio à rede de monitoramento da bacia** será liberado através de processo licitatório que a SRH/MMA deverá abrir nas próximas semanas. O secretário Edilson solicitou a Júlio Thadeu que a SRH divulgue, o mais rápido possível, o Termo de Referência, para o conhecimento das entidades interessadas em se inscrever para participar da licitação. Sobre a agilização da **liberação dos R\$ 40 milhões, pelo BIRD, para a implementação da fase inicial do Programa de Investimentos para a recuperação da bacia do rio Paraíba**, ficou acertado que a SRH/MMA organizará a reunião para tratar da Carta Consulta, em Brasília, com a presença dos Ministros do Meio Ambiente e do Planejamento, de representantes do CEIVAP e do representante do Banco Mundial, Musa Assad, que estará no Brasil no período de 23 de agosto a 3 de setembro. A referida reunião deverá ser agendada por Júlio Thadeu e Guido Gelli. Durante a permanência de Musa Assad no Rio de Janeiro, também será organizada uma reunião com a equipe técnica da COPPE e alguns membros da Câmara Técnica de Planejamento e Investimento do CEIVAP. O Plano de Investimento dos R\$ 40 milhões deverá ser feito com recursos do Grant Japonês. Encerrado este assunto, foi discutido e aprovado o início das atividades do **Programa de Investimentos para o trecho mineiro da bacia do Paraíba, a ser elaborado, em parte, pela equipe técnica da COPPE/UFRJ, articulada com o IGAM, SRH/MMA e CEIVAP**. O Programa de Minas será elaborado com recursos do Grant Japonês (R\$ 804 mil) e/ou com o recurso que sobrou do PQA (US\$ 1,2 milhões). Na próxima reunião das Câmaras Técnicas, a equipe da COPPE deverá apresentar o Projeto Preparatório do Programa de Investimentos para Minas. A equipe da COPPE desenvolverá alguns temas (10). Os demais temas e estudos deverão ser desenvolvidos pelas equipes do IGAM e da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF-MG). A participação da equipe da COPPE na elaboração do

PQA-MG ficou acertada na reunião realizada dia 10 de agosto, no Instituto Mineiro de Gestão das Águas (IGAM), em Belo Horizonte-MG. Jander Duarte Campos justificou a entrada da equipe da COPPE para resolver o problema da falta do PQA de Minas Gerais, devido à urgência de se elaborar o Programa de Investimentos para Minas, para que se possa preparar o Plano de Investimentos dos R\$ 40 milhões do Banco Mundial. **Márcio Santa Rosa** (Companhia Força e Luz Cataguases/Leopoldina-MG) fez questão de esclarecer que houve um esforço dos representantes de Minas no CEIVAP para encontrar uma solução para o atraso do estado na elaboração de seu PQA; na sua opinião, a solução encontrada, da equipe da COPPE assumir os trabalhos, é válida, mas causou um certo desconforto pela forma como isso foi decidido, de cima para baixo. No entender de Márcio Santa Rosa, quem deveria fazer o Plano de Investimentos de Minas Gerais seria a equipe da UFJF que trabalhou na elaboração do Diagnóstico dos Diagnósticos do trecho mineiro da bacia. Cláudio Serricchio endossou a opinião de Márcio, reconhecendo o empenho dos mineiros que agora, de certa forma, foram alijados do processo. Cláudio mencionou a proposta do acordo de cooperação com a Confederação de Bacias Hidrográficas Espanholas, para a elaboração dos trabalhos em Minas, lembrando a Carta de Intenção que foi assinada na reunião ordinária do CEIVAP, realizada em Resende, no dia 25 de março. Sobre isso **Maria Aparecida Pimentel Vargas** (Consórcio do Rio Muriaé) informou que, num encontro recente com os espanhóis em Mendoza (Argentina), foi-lhe cobrado um retorno sobre o prosseguimento do convênio; Aparecida opinou que o CEIVAP é que deve decidir sobre a concretização do acordo com a Espanha. **Maria de Lourdes Pereira dos Santos** (IGAM-MG) e Aparecida sugeriram que os espanhóis sejam encarregados de preparar o sistema de informações geográficas do trecho mineiro da bacia. O secretário Edison disse que o CEIVAP enviará carta aos espanhóis, dando um retorno sobre o assunto. Quanto à sobra de US\$ 1 milhão e 200 mil do PQA, Maria de Lourdes informou que será destinada ao pagamento da equipe de UFJF que elaborou o diagnóstico do trecho mineiro da bacia e à elaboração dos trabalhos complementares do Programa de Investimentos de Minas Gerais, que poderá ser feito pela equipe da UFJF. Maria de Lourdes salientou que cabe ao governo de Minas viabilizar os recursos restantes do PQA. Paulo Carneiro, da COPPE, informou que os saldos do PQA a nível nacional deverão ser transferidos da SEPURB (Secretaria de Política Urbana) para a SRH (Secretaria de Recursos Hídricos). Júlio Thadeu, da SRH, confirmou essa informação. Guido Gelli enfatizou que estas questões relativas a recursos financeiros devem ficar mais transparentes para o CEIVAP, que precisa saber exatamente quanto existe de recursos para serem aplicados onde. Júlio Thadeu sugeriu que o gerente da UGP (Unidade Gerenciadora do PróÁgua) – Rio Paraíba do Sul, Demétrios Christofidis – que esteve presente na reunião do dia 10 de agosto, no IGAM, juntamente com Maria de Lourdes, diretora de Desenvolvimento Hídrico do IGAM, façam um relatório da referida reunião para o CEIVAP. Guido Gelli propôs que as reuniões das Câmaras Técnicas sejam realizadas com maior periodicidade e também que haja uma difusão mais ampla das informações dentro do Comitê, de forma que todos os membros do CEIVAP sejam comunicados das resoluções das reuniões das Câmaras Técnicas. Sua proposta foi endossada por Cláudio Serricchio. A coordenadora de Comunicação do CEIVAP, **Virgínia Calaes**, informou que a Coordenadoria de Comunicação do Comitê pretende produzir já a partir de agosto um Boletim Informativo, para ser enviado mensalmente a todos os membros do CEIVAP e das Câmaras Técnicas. Virgínia se comprometeu a enviar para todos, também, a partir de agora, um relatório das resoluções de toda reunião das Câmaras Técnicas. Ângelo acrescentou que todos

os membros do Comitê passarão a receber, agora, também, a comunicação das reuniões das Câmaras Técnicas. O técnico do escritório informou, ainda, que foi mandado através da ABONG – Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais, um informe de divulgação do CEIVAP, para todas as entidades (cerca de 300), filiadas a esta associação. O último assunto da pauta a ser tratado foi o informe sobre **a criação da Agência Nacional de Águas**. Júlio Thadeu informou que saiu a última versão do projeto de lei de criação da ANA, que será encaminhada ao Congresso Federal dia 18 de agosto. A ANA será vinculada ao Ministério do Meio Ambiente e subordinada ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos. Jander, Maria de Lourdes, Celina e Cláudio Serricchio manifestaram discordância de alguns pontos do projeto de lei de criação da ANA. Jander sugeriu que o CEIVAP se posicione, em Brasília, sobre os pontos discordantes que foram levantados na reunião. Guido Gelli recomendou que o CEIVAP articule com os deputados federais, antes ou durante a votação da lei, para que apresentem substitutivos ao projeto de lei, com base nos subsídios que forem apresentados pelo Comitê. O secretário Edilson decidiu marcar **nova reunião das Câmaras Técnicas**, dentro de aproximadamente três semanas (início de setembro), com a presença de Jerson Kelman, para tratar deste assunto, e mais: apresentação, pela equipe técnica da COPPE, do Plano de Trabalho para a elaboração do PQA-MG, com recursos do Grant Japonês; decisão sobre os técnicos e coordenador a serem contratados para a criação da entidade executora transitória da Agência de Bacia; e reformulação da composição do CEIVAP e do Regimento Interno. **Assuntos gerais:** ficou confirmado que a próxima reunião ordinária do CEIVAP será em Muriaé-MG, no dia 16 de setembro; que, no início de dezembro, deverá ser realizada a reunião do CEIVAP, ou um seminário, em Juiz de Fora-MG, atendendo a solicitação da Prefeitura Municipal daquela cidade mineira, quando será apresentado o PQA-MG, que até lá deverá estar com pelo menos uma parte concluída. Vicente de Paulo Arantes, diretor do Departamento de Indústria da Prefeitura de Juiz de Fora, solicitou que a Prefeitura de Juiz de Fora tenha assento na Câmara Técnica. Júlio Thadeu recomendou que se faça um levantamento dos membros do CEIVAP que não estão comparecendo às reuniões, e que sejam definidos critérios para a substituição dos faltosos. Em forma de contribuição espontânea, foram apresentadas duas propostas de **planejamento estratégico** para o fortalecimento institucional do CEIVAP: uma do consultor de meio ambiente, engenheiro Márcio Santa Rosa (representante da CFLCL na Câmara Técnica de Planejamento e Investimento); e outra do engenheiro Eduardo Marques, diretor do IPANEMA-RJ – Instituto de Pesquisas Avançadas em Economia e Meio Ambiente. Eduardo propôs estruturar um plano estratégico para o CEIVAP, que seria passado para as Câmaras Técnicas em um seminário de dois dias. Já Márcio apresentou, por escrito, sua proposta de **Planejamento e Estratégia para a Consolidação Política-Institucional do CEIVAP – Metas, Atividades, Tarefas para o Biênio 1999-2000**. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião cuja ata vai assinada por mim, Virgínia Calaes Arbex, coordenadora de comunicação do Escritório do CEIVAP, que a secretariei, e por Edilson de Paula Andrade, secretário do CEIVAP, que a presidiu.